

## EDITORIAL

Nesta edição encerramos um ciclo de 10 anos da Revista Direitos, Trabalho e Política Social (RDTPS), que cumpriu um papel importante na publicação de artigos produzidos a partir de processos científicos de investigação.

Os Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito confirmam assim o compromisso de fortalecimento do debate sobre os Direitos do Trabalho e dos Trabalhadores/as, considerando sempre o contexto das relações e das demandas política brasileira que em determinado momento cria condições favoráveis e/ou desfavoráveis para a garantia de um ambiente laboral saudável e digno para a produção e reprodução do sistema e do mundo do trabalho.

E, nesta mesma ceara, apresentamos nesta edição os seguintes artigos científicos:

**SUBNOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM MULHERES INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL, 2009-2021** escrito por Mario Ribeiro Alves, estagiário de Pós-Doutoramento na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O autor apresenta parte de um estudo ecológico baseado em dados secundários, com análises no tempo e no espaço. Durante o processo de investigação foram adquiridos registros de casos de agressão junto ao Ministério da Saúde, filtrados pelo sexo feminino e por cor/raça indígena, organizados por município de residência no estado de Mato Grosso do Sul e por ano de notificação. O artigo apresenta mapas temáticos a partir das taxas médias de agressões e por aglomerados espaço-temporais baseados em Riscos Relativos. Os municípios pertencentes à área do DSEI apresentaram maiores taxas e maiores

Riscos Relativos, o que leva à hipótese de subnotificação de casos nos outros municípios. Por isso, sugerem-se ampliação de serviços de saúde específicos para a população indígena, na medida em que o tema se relaciona à questão dos direitos humanos.

A CHAMADA “VALORIZAÇÃO DOCENTE”: AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO DO PROFESSOR, de autoria de Adriana Penna, Professora da Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Educação Física no curso de Licenciatura em Educação Física, analisa a chamada política de “valorização docente” implementada no Brasil no contexto do G20 sediado no Brasil em 2024, cujo artigo tem o objetivo de desvelar as determinações imanentes a essa política, com destaque para o discurso oficial do MEC. O texto chama a atenção para as contradições presentes no discurso do apagão docente e a realidade concreta sobre a qual se dá a superprodução de professores via EaD e a influência de Big Techs na educação.

O artigo intitulado A REVERBERAÇÃO DO SOFRIMENTO NA READAPTAÇÃO DE PROFESSORAS ADOECIDAS, produzido por Zenaide Valéria Leite OLARTE, Doutoranda e Mestre em Educação Social pelo Programa de Pós-Graduação, com ênfase na Saúde Mental do Trabalho, graduada em Letras pela UFMS e por Vanessa Catherina Neumann FIGUEIREDO, Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Estudos Fronteiriços e em Psicologia, e na graduação em Psicologia, apresenta as vivências no processo de readaptação de docentes afastados de sala de aula por adoecimento. É um estudo qualitativo à luz da Psicodinâmica do Trabalho.

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, SAÚDE MENTAL E SUPORTE INSTITUCIONAL A ASSISTENTES SOCIAIS** é um artigo produzido por quatro pesquisadoras, sendo elas a Luiza Eineck Alcântara, discente do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB); Maria da Glória Lima, Professora do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília (UnB). Enfermeira, Mestre em Enfermagem Psiquiátrica, Doutora em Enfermagem; a Miriam de Souza Leão Albuquerque, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), graduada em Serviço Social na UFPE, com Mestrado em Educação pela UNICAMP e Doutorado em Serviço Social pela UFPE e Andreia de Oliveira, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Assistente Social, Mestre em Saúde Pública, Doutora em Serviço Social, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sociedade e Política Social – GEPSaúde. Neste artigo elas explicitam as condições de trabalho durante a pandemia da Covid-19 e analisam sua influência na saúde mental de profissionais do Serviço Social que atuaram em instituições hospitalares públicas e privadas da Região Centro-Oeste do Brasil e as ações institucionais adotadas para oferecer suporte à saúde mental daqueles profissionais.

**SOFRIMENTO MENTAL E SOCIAL DE TRABALHADORES DA SAÚDE EM PENITENCIARIAS PAULISTAS**, é um artigo de cinco autoras: Patricia Regina Moraes Cruz, psicóloga, licenciada em Biologia e especialista em diversas áreas relacionadas à saúde mental e políticas públicas. É mestra em Ciências (Psicologia) pela Universidade de São Paulo (USP), com ênfase no estudo dos

Transtornos Mentais e dos Trabalhadores em Penitenciárias; de Julia Trevisan Martins, Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo e professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina; de Sergio Valverde Marques dos Santos, doutor em Enfermagem Fundamental pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade Federal de Alfenas; de Luiz Almeida da Silva, Doutor em Ciências -Enfermagem Fundamental pela Escola de Enfermagem Ribeirão Preto Universidade de São Paulo, professor de Magistério Superior da Universidade Federal de Catalão e de Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi, doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, professora Titular Sênior da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Os/as autoras investigam a relação entre o sofrimento mental e os fatores sociodemográficos, epidemiológicos e laborais de profissionais de saúde que trabalham em penitenciárias.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO COMO POLÍTICA SOCIAL DE RETRAÇÃO DO DESEMPREGO é um artigo de Luiza Macedo Pedrosa, Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); e de Victor Hugo de Almeida, Doutor em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco (FDUSP). Mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP), professor de Direito do Trabalho, Chefe do Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual Paulista. Neste artigo os autores admitem que conquanto seja o trabalho um direito humano fun-

damental e positivado na Constituição Federal de 1988, os elevados índices de desemprego no contexto brasileiro têm contribuído para tornar o trabalho um privilégio. Diversos aspectos podem explicar tais índices, incluindo os avanços tecnológicos responsáveis por reduzir a quantidade de postos de trabalho disponíveis. Assim, a redução da jornada de trabalho pode ser um mecanismo importante para a criação de novas oportunidades de trabalho, desenvolvimento socioeconômico, aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores. O objetivo é de analisar a evolução dos direitos humanos fundamentais, sobretudo as normas sobre os limites da jornada de trabalho e os impactos da redução da jornada de trabalho no refreamento (ou não) do desemprego.

AS REDES SOCIAIS INFORMAIS E O MERCADO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL é a produção de Luciano Rodrigues Costa, Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor do Departamento de Economia Rural e do Programa de pós-graduação em Educação da UFV. Aqui ele analisa as redes sociais informais no mercado de trabalho no setor da construção civil, mais especificamente, no sub-setor de edificações habitacionais. A partir de pesquisas qualitativas em dois canteiros de obras na região metropolitana de Belo Horizonte ele analisa as redes sociais informais no cotidiano dos trabalhos. As redes sociais informais se estruturam através de fortes laços de solidariedade nos quais se destacam as relações familiares, as de vizinhança, as de identificação comunal (mesma cidade de origem), as de identificação religiosa, enfim, são laços fortes tal como definido por Mark Granoverter, que visam a minimizar os efeitos da enorme vulnerabilidade a que estão submetidos.

**A PROTEÇÃO DE DADOS E AS RELAÇÕES LABORAIS NO BRASIL**, é um artigo de José Antonio Siqueira Pontes, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do grupo de pesquisas em compliance empresarial da Facamp - Editor-chefe da Revista DESC. Prof. da graduação em direito da Faculdade de Direito de Sorocaba e de Daniel Oliveira da Silva, mestre pelo Centro Universitário das Faculdades de Campinas, Brasil. Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, especialista em Direito Civil e Processo Civil pelas Faculdades Integradas de Campinas, especialista em Direito Societário pela Escola Paulista de Direito (EPD) e especialista em Compliance pela IBMEC. Membro do grupo de pesquisas em compliance empresarial da Facamp. Eles escrevem sobre os impactos da proteção de dados pessoais na relação laboral, avaliando os marcos regulatórios jurídicos para garantia desse importante direito fundamental à privacidade e delineando alguns limites na relação contratual laboral, especialmente os relacionados à proteção de dados dos empregados.

**O LIMBO ENTRE A ASSISTÊNCIA E A PREVIDÊNCIA: A ORDEM ECONÔMICA COMO GARANTIA DOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL** chega como uma produção de Isabelly de Castro Machado da Silva, Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e de Raul Lopes de Araújo Neto, Pós-doutor em Direito pela Universidade de Brasília e Doutor em Direito Previdenciário pela PUC - São Paulo e professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Piauí. Os autores retratam o panorama pós-

-ditadura militar e de explosão de consciência política e social com a Constituição Cidadã. O primeiro capítulo do artigo tratou sobre o efeito que a separação entre os indivíduos que usufruem os benefícios previdenciários e aqueles que gozam da assistência social gera na construção de um limbo entre os cidadãos, pois grande parte não contribui à previdência por não estar inserido no campo de trabalho formal e sequer é miserável o suficiente para atender aos requisitos econômicos para amparo pela assistência. Trata também dos esforços estatais que não podem se limitar a satisfazer o mínimo existencial daqueles inseridos na linha de pobreza extrema, mas devem agir em prol do primado do trabalho como consectário lógico dos direitos sociais. Ao final, concluiu-se que a conjugação das ordens social e econômica possibilita maior alcance da Assistência Social, em razão das contribuições previdenciárias compulsórias possibilitarem o manejo de maiores e melhores políticas assistenciais, migrando a focalização da faixa extrema de pobreza objetiva para os vulneráveis econômico e socialmente.

A relação sistêmica da previdência social com as diretrizes constitucionais conformadoras das ordens social e econômica é elaborado e apresentado por Rodrigo Lustosa Veras, mestre em Direito, Democracia e Mudanças Institucionais - UFPI, graduado em Direito; Professor de pós-graduação da ESA/PI e Faculdade CET; e Raul Lopes de Araújo Neto, Pós-doutorado em Direito pela Universidade de Brasília; Doutor em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em direito pela Universidade Católica de Brasília; Professor adjunto do PPGD da UFPI. O artigo problematiza as consequências para a Previdência Social (RGPS), de abordagens que não partem e promovem sua

compreensão e operacionalização a partir de uma relação sistemática e profunda com os fundamentos e objetivos das Ordens Social e Econômica. A partir disso são apresentadas as diretrizes constitucionais conformadoras tanto da Ordem Social como da Ordem Econômica e suas relações iminentes com a Previdência Social, além da exposição da necessidade da compreensão da Previdência Social enquanto uma ação/política pública e não meramente como uma espécie seguro, mesmo em sua adjetivação social. O artigo assume uma perspectiva de abordagem interdisciplinar entre direito, políticas públicas e economia, tratando-se, metodologicamente, de pesquisa jurídico-social, qualitativa e bibliográfica.

LUDWIG VON MISES E A GUINADA ANTIDEMOCRÁTICA BRASILEIRA é um artigo de Leonardo Moreira dos Santos, professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Assistente Social, onde ele investiga a influência do pensamento ultraliberal de Ludwig von Mises no novo momento de dominação burguesa no Brasil e sua guinada antidemocrática. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se fundamenta numa análise crítica e de totalidade do objeto de estudo. A estratégia de investigação utilizada foi a análise bibliográfica da produção do autor em questão e análise documental das propostas do I Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre e de autores centrais do sítio Instituto Von Mises Brasil na internet, desvendando qual a função sociopolítica da divulgação da obra de Ludwig Von Mises na realidade brasileira contemporânea.



VACCINE IN THE ARM AND FOOD ON THE PLATE: QUILOMBOLA WOMEN RESISTING THE COVID-19 PANDEMIC é um artigo elaborado por três autores: Roberth Steven Gutiérrez Murillo, Doutorando em Gerontologia Biomédica (Bolsista Programa de Excelência Acadêmica PROEX/CAPES) - Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Murillo é bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Simone Bohn, Doutora pela University of Pittsburgh. Realizou estágio de Pós-Doutorado em Ciência Política na University of Chicago (2005). Atualmente é professora titular (tenure-track) na York University, Toronto, Canada; Patricia Krieger Grossi, graduação e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Ph.D. em Serviço Social, pela University of Toronto. Especialista em Gerontologia Social pela PUCRS. Realizou estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Toronto, Canadá. Atualmente é professora titular do curso de Serviço Social da Escola de Humanidades e professora do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica da Escola de Medicina da PUCRS; e Márcio Lima Grossi, Possui graduação em Odontologia, Mestrado em Oclusão (Master Of Science Restorative Dentistry-Occlusion, University of Michigan, 1991) e Doutorado em Epidemiologia Oral (Doctor of Philosophy- PhD, University of Toronto, 1998). Estágio pós-doutoral na Universidade de Toronto em 2010. É professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É pesquisador líder do Núcleo de Pesquisa sobre Dor Orofacial e Desordens Têmporomandibulares desde março de 2000. O artigo examina

um grupo social que está sujeito a uma multiplicidade de formas de opressão: os Quilombolas do Brasil. Devido ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19, que impediu sua sobrevivência econômica, eles lutaram pelo acesso às vacinas, ajudando assim a levar a saúde para suas comunidades. O documentário “Eu, nós, elas, Quilombolas” e lives de YouTube foram analisados por meio de Análise de Conteúdo. O empoderamento das mulheres por meio da tecnologia digital tem sido fundamental na defesa dos direitos fundamentais dessas comunidades, exercendo assim pressão sobre o Estado para que responda à crise de saúde.

Assim a problematização consoante às contradições do mundo do trabalho permanece apresentando diferentes dificuldades para a realização de um processo justo de expansão da economia com justiça e saúde para os/as trabalhadores/as.

**Marluce Souza e Silva**  
Editora Responsável - RDTPS